

Os Moinhos ditos Holandeses na Ilha do Faial — Relações entre a memória e a salvaguarda do património

ÁGATA BIGA, IHA/FCSH/UNL (Portugal)

RESUMO

Os moinhos do Faial constituem um património ligado à memória da colonização da ilha, que incluiu colonizadores da Flandres. Para além do moinho de tipo dito holandês, existem também na ilha moinhos de tradição portuguesa e exemplares resultantes da fusão dos dois tipos.

Em 1989 a então Secretaria Regional de Turismo e Ambiente inventariou 39 moinhos no Faial, dos quais 11 foram classificados como Imóvel de Interesse Público em 1996. Em finais de 2010, a Junta de Freguesia do Salão deu início à recuperação do Moinho da Chã, processo terminado em Abril de 2014. No início de 2011, a Junta de Freguesia das Angústias deu início à reabilitação do Moinho do Pasteleiro, processo actualmente em curso. Contudo, a maioria deste património encontra-se ao abandono. Simultaneamente, a memória da colonização está afastada da realidade da população. A natureza rural deste património, considerando o actual abandono do mundo rural, será uma das causas para a sua desactivação. Trata-se de um património que pertence ao passado e cuja salvaguarda terá de passar pela reintegração no presente.

Este artigo aborda as relações entre a preservação da memória e a salvaguarda do património, e espera contribuir para o interesse pela reabilitação dos moinhos do Faial.

PALAVRAS-CHAVE: Moinhos, Faial, Reabilitação, Património, Memória.

THE SAID DUTCH WINDMILLS IN FAIAL ISLAND — RELATIONS BETWEEN MEMORY AND HERITAGE SAFEGUARD

ABSTRACT

The windmills of Faial constitute a heritage connected to the memory of the island's colonization, which included Flemish settlers. In addition to the said Dutch type mill, on the island there are also Portuguese traditional mills and mills resulting from a merger of the two types.

In 1989 the Regional Secretariat of Tourism and Environment inventoried 39 windmills in Faial, 11 of which were classified in 1996 as Building of Public Interest. By the end of 2010, the Parish of Salão initiated the recovery of Moinho da Chã (Mill), process concluded in April 2014. In the beginning of 2011, the Parish of Angústias initiated the rehabilitation of Moinho do Pasteleiro (Mill), process presently ongoing. Nevertheless, this heritage is mostly abandoned. Simultaneously, the memory of colonization is far from the reality of the population. The rural nature of this heritage, considering the current abandonment of rural areas, may be one of the causes for its deactivation. Being a heritage that belongs to the past, its safeguard requires its reintegration into the present.

This article discusses the relationships between the preservation of memory and the safeguarding of heritage, and hopes to contribute to the interest in the rehabilitation of the windmills of Faial.

KEYWORDS: Windmills, Faial, Rehabilitation, Heritage, Memory.

INTRODUÇÃO

Os Moinhos de Vento na ilha do Faial constituem um património ligado à memória da colonização da ilha. No século XVI foi enviado, da Flandres para as diversas ilhas do arquipélago, grande número de colonizadores que deixaram o seu contributo nas tradições e nos costumes locais, contributo no qual se insere o moinho de tipo dito holandês, existindo também na ilha moinhos de tradição portuguesa e ainda exemplares resultantes da fusão dos dois tipos. Na sua maioria, este património encontra-se actualmente ao abandono. Simultaneamente, a memória da colonização está afastada da realidade da população. A natureza rural deste património, considerando o actual abandono do mundo rural, será uma das causas para a sua desactivação. Trata-se de um património que pertence ao passado e cuja salvaguarda terá de passar pela reintegração no presente. Após a inventariação e a classificação dos moinhos de Faial, processo importante porque para defender o património é essencial, em primeiro lugar, conhecê-lo, torna-se actualmente necessário encontrar uma reutilização para os moinhos que assegure a sua preservação.

Dos 39 moinhos inventariados no Faial pela então Secretaria Regional de Turismo e Ambiente em 1989, 11 foram classificados como Imóvel de Interesse Público sete anos depois, pela Resolução 234/96, de 3 Outubro. Em 1999, o *Inventário do Património Imóvel dos Açores* referia 14 moinhos, nos quais se incluíam 9 dos 11 classificados. E, em 2010, em trabalho de projecto de mestrado em património artístico, Sónia Domingos inventariou 16 moinhos no Faial e apresentou uma proposta de reutilização genérica na qual os moinhos são abordados como um conjunto patrimonial. É importante ressaltar que, desses 16, 10 se incluem no grupo de moinhos classificados como Imóvel de Interesse Público. Daqui se pode inferir a importância da classificação para a sobrevivência deste património.

A reutilização do património rural/património utilitário pré-industrial é um processo extremamente difícil e complexo; e encontrar uma nova função para os moinhos não é simples, visto estes serem de pequenas dimensões. As funções mais comuns são a reutilização cultural/não comercial; a musealização; o património *per se*; a manutenção da utilização inicial de forma tradicional, quando o engenho existe; ou ainda a reutilização comercial, por exemplo adaptando este património para turismo rural, ou tornando-o o “rosto” de uma rede de produtos locais/regionais, como mel, próteas, vinho, queijo, etc., simultaneamente organizando uma associação de produtores e de “amigos dos moinhos”¹.

Os moinhos como património edificado têm valor, ou importância cultural, arquitectónica e estética, histórica e social, simbólica e imaterial, paisagística e territorial, técnica e tecnológica e ainda imaterial, tudo razões para a sua salvaguarda. Apenas pela conjugação das três vertentes de integração, sustentabilidade e funcionalidade se poderá alcançar a reutilização eficaz deste património, ou seja, que garanta efectivamente a sua protecção e conservação a longo prazo. Porque, afinal, *o património são as pessoas*, e se a salvaguarda do património faz sentido é, em última análise, para *servir* as pessoas.

¹ A criação de uma *Associação de Amigos dos Moinhos dos Açores* é uma sugestão do Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, feita em 4 de Março de 2005, no Faial, segundo Carlos Lobão, *Na rota das ilhas...*, pp. 13-14.

Este artigo aborda as relações entre a preservação da memória e a salvaguarda do património. O texto agora apresentado foi elaborado com base num trabalho apresentado em 2009 no contexto da unidade curricular “Memórias e Identidades”, da componente lectiva do Mestrado em Estudos do Património que concluí em 2010. A recente inauguração, em Abril de 2014, da recuperação do Moinho da Chã — ou Moinho da Canada do Sousa, como está inventariado no Inventário do Património Imóvel dos Açores —, no Salão, e requalificação da sua área envolvente, associada ao processo de reabilitação e transformação do Moinho do Pasteleiro, nas Angústias, em posto de turismo e requalificação da respectiva área envolvente, actualmente em curso, levaram-me a debruçar-me novamente sobre este tema. Tendo revisto e actualizado a informação inicial, espero que o presente artigo contribua para o interesse pela reabilitação dos moinhos do Faial.

1. Enquadramento histórico

É na carta do cartógrafo catalano-maiorquino Gabriel de Valseca, de 1439, que os Açores aparecem pela primeira vez representados na sua orientação e localização correctas, atribuindo-se aí o descobrimento português dos Açores a um piloto de nome Diogo de Silves, ou Sines, ou Sunis, no ano de 1427. Em 1433, o Infante D. Henrique recebeu autorização do rei D. Duarte para mandar povoar os Açores, mas só em 1439 iria a colonização começar de forma sistemática. Para além dos colonos portugueses, no povoamento dos Açores teve parte importante um grande número de colonos oriundos da Flandres, região muito urbanizada e desenvolvida no século XV, mas que estava a sofrer os efeitos da Guerra dos Cem Anos, vivendo a sua sociedade condições favoráveis à emigração. A casa real portuguesa teve, desde o início da dinastia, uma forte ligação com a casa de Borgonha. O Regente D. Pedro mantinha uma relação estreita com a sua irmã D. Isabel, casada com Filipe o Bom, cuja família detinha o Ducado de Borgonha e o Condado da Flandres desde 1348. Para além de um intenso intercâmbio comercial entre Portugal e a Flandres desde o séc. XIII, os laços familiares entre as duas casas tiveram influência no envio dos muitos colonos flamengos para os Açores, alguns deles fidalgos próximos de D. Isabel. Em 1468, dois anos após ter sido autorizado a povoar a ilha do Faial, um destes fidalgos, Josse Van Huertere (ou Hurtere) foi nomeado capitão-donatário do Faial e do Pico, embora já se encontrassem colonos no Faial à data da sua chegada, vindos da Terceira. Van Huertere fixou-se no vale dos Flamengos, mantendo dois grupos de colonos perto do mar, um na baía de Porto Pim e outro na Conceição. A cidade da Horta cresceu entre estes dois pontos iniciais de povoamento.

O número de colonos flamengos nos Açores foi de tal modo significativo que até ao século XVII o arquipélago era conhecido como *Ilhas Flamengas*², surgindo o Faial e o Pico por vezes na cartografia como *Nova Flandres*. No entanto, no século XVII a população flamenga já tinha sido absorvida pela população portuguesa, através de casamentos e, devido ao ensino do português nas ilhas, por Franciscanos e Jesuítas, desde o final do século XV, a língua flamenga deixara de ter uma presença significativa.

A posição geográfica dos Açores assegurou o papel destas ilhas como importante escala das navegações do Atlântico desde os Descobrimentos, garantindo trabalho à ilha do Faial (servida pelo porto da Horta) ao longo dos séculos, fosse pela actividade comercial, pela reparação de navios, pela baleação, pela rede

2 Esta denominação surgiu pela primeira vez no Globo de Martim Behaim, Nuremberga, em 1492.

internacional de cabos submarinos, ou pela escala, entre as duas guerras mundiais, entre a Europa e a América, de carreiras regulares de hidroaviões e zepelins de diferentes nacionalidades. No entanto, no Faial, a maioria da população sempre viveu da agricultura. Factores como a instabilidade climática, os sismos e a actividade vulcânica geraram diversas crises agrícolas que, ampliadas pelo isolamento geográfico, originaram várias situações graves de fome, propícias à emigração de grandes números de pessoas, principalmente a partir da segunda metade do séc. XIX. Com as dificuldades do pós-Guerra, bem como, em 1957/58, com a crise sísmica do Vulcão dos Capelinhos, muitas famílias emigraram e a população decresceu em toda a ilha. Seguiu-se o progressivo abandono do mundo rural, fenómeno visível em todo o arquipélago a partir dos anos 1970.

A partir da Autonomia o Faial conheceu o desenvolvimento do turismo, do iatismo e da investigação científica ligada ao mar, assistindo-se a um afastamento cada vez maior da população das actividades agrícolas.

De acordo com a historiografia açoriana, apesar de existirem diversos estudos sobre a questão da origem dos moinhos da Região, a existência de moinhos de vento nos Açores não é comprovada antes do séc. XVII, surgindo com maior incremento no séc. XIX³. De acordo com esta tese, onde não havia água para moinhos de água, recorria-se a «atafonas ou noutros casos às mós de braços, sistemas mais dolorosos e com menos aproveitamento»⁴. No seu estudo, Luís Bettencourt considera ser «(...) importante salientar que a presença de flamengos nos Açores teve como grande influência, entre outras, nomeadamente o cultivo e moagem de plantas tintureiras como o Pastel e a Urzela, sendo a transformação das mesmas laborada sobretudo em atafonas (moinhos de tracção animal), o que de alguma forma os aproxima da presente temática, embora num enquadramento temporal aparentemente muito distante»⁵.

Por diversas razões, como o facto de no Faial não existir uma única ribeira cujo fluxo permitisse a utilização constante de um moinho de água (existindo apenas alguns moinhos de água na Ribeira da Conceição, construídos para funcionar em períodos de enchente⁶) mas o vento ser uma constante ao longo do ano, considerando ainda a população do Faial⁷, a somar ao movimento do porto, com navios a necessitar de abastecer víveres, é de estranhar que esta tecnologia, conhecida em Portugal na época do povoamento dos Açores⁸, bem como na Flandres, não fosse aplicada no Faial.

Apesar da inexistência de comprovação histórica que ligue o povoamento flamengo dos Açores ao aparecimento de moinhos de vento nas ilhas, as semelhanças formais e funcionais existem. Na obra *Moinhos Flamengos nos Açores*, Manuel Cid comparou todos os elementos — estéticos, funcionais, exteriores e interiores — dos moinhos de *tipo dito holandês* da Região com os moinhos da Holanda, através do qual concluiu existir uma identidade quase perfeita entre eles, numa unidade de concepções que não encontrou entre os moinhos açorianos e os do continente português. Segundo o autor, «A presença deste património arquitectónico constitui (...) uma representação bem definida da vida e acções dos flamengos na Região dos Açores e, conseqüentemente, da própria história açoriana»⁹.

3 V. Manuel Cid, *Moinhos Flamengos nos Açores*, pp.17-18; v. João Adriano Ribeiro, *Moinhos nos Açores*, p. 40; v. Carlos Lobão, *op. cit.*, p. 17.

4 João Adriano Ribeiro, *op. cit.*, p. 40.

5 Luís Bettencourt, *Moinhos de Vento dos Açores*, p. 12.

6 João Adriano Ribeiro, *op. cit.*, p. 40.

7 4400 pessoas no séc. XVI; 8000 no séc. XVII; 17.850 no séc. XVIII e 23.630 no séc. XIX, dados retirados de Felix José Costa, *Memória Estatística da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo, Ed. Instituto Açoriano de Cultura, 2007, p. 25.

8 Ver Sousa Viterbo, "Archeologia Industrial Portuguesa", onde se refere o caso da construção de um moinho "á holandesa" em Évora, no séc. XVI, pp. 194 e 198.

9 Manuel Cid, *op. cit.*, p. 107.

2.

Actualmente quase não sobrevivem, no Faial, **memórias da comunidade flamenga** que contribuiu para a colonização da ilha, à excepção de alguns topónimos, como a freguesia dos *Flamengos* (a única freguesia interior da ilha) e a sua Ribeira dos Flamengos, o monte da *Espalamaca* (nome que teria derivado de uma palavra flamenga); nos Cedros, o *Cabeço do Arrinquitim* ou Arnequim (de Jannequim); o *Pasteleiro*, local onde se plantava o pastel, planta tintureira trazida da Flandres na altura do povoamento e que se exportava também para a Flandres; Porto *Pim* (porto de abrigo); e ainda o próprio nome da cidade, *Horta*, hipoteticamente derivado da alteração fonética do nome do primeiro capitão-donatário do Faial, Van Huertere. Excepção também para alguns apelidos familiares, como *Armãos/Armas* (Arman/Herman); *Arnequim* (Jannequim); *Bruges* (van der Berge); *Brum* (van der Bruyn); *Bulcão* (Bulscam/p); *Corte* (Korte); *Dulmo* (van Olm/en); *Dutra/Utra/Horta* (van Huerter/e/van Hurter); *Goulart* (van Govaert); *Grota* (Groot); *Leme/s* (Lem); *da Rosa* (van de Roos/e/n); *Silveira* (van der Haagen, que significa *bosque*); *Terra* (van Aertrijcke/van Aard/Aerts).

3. Moinhos de vento no Faial

Existem os seguintes exemplos de moinhos na toponímia faialense: a Canada do Moinho, na Freguesia das Angústias; a Rua dos Moinhos, na Freguesia da Praia do Almoxarife; e ainda a Lomba dos Moinhos, na Freguesia das Conceição.

Nos Açores, o processo oficial de reconhecimento e protecção dos moinhos começou em 1983, com o Decreto Legislativo Regional n.º 12/83/A, de 12 de Abril, diploma elaborado com o fim de proteger os moinhos de vento e de água da RAA, em que se reconhece a necessidade de os inventariar e classificar. Esse trabalho foi realizado pela então Secretaria Regional de Turismo e Ambiente, nas ilhas do Faial (com pelo menos 39 moinhos inventariados), Pico, Corvo, Terceira, em 1989, e em 1990, em São Jorge. Como consequência desse trabalho classificam-se na RAA, em 1996, 58 moinhos como Imóveis de Interesse Público (IIP), com a Resolução 234/96, de 3 Outubro; destes 58, 11 são do Faial, o total de moinhos classificados até hoje. A classificação de moinhos na RAA continuou em 1997, com mais 2 moinhos; em 1998, com mais 5 moinhos; em 2000, com mais 6 moinhos; e em 2001, com mais 1 moinho. O processo terminou aparentemente em 2004, com a listagem dos bens imóveis classificados da RAA, na Resolução 126//2004, de 9 de Setembro. Hoje, 31 anos depois de iniciado o processo, este é um património em risco de desaparecer.

Em 1999, o *Inventário do Património Imóvel dos Açores* inventariou 12 entradas referentes a 15 moinhos no Faial, dos 39 conhecidos em 1989. Em 2005, Carlos Lobão referia 45 moinhos no Faial¹⁰, dos quais 6 em bom estado, 2 em estado razoável, 5 em mau estado, 30 ruína e 2 destroços. Em 2009, em levantamento encomendado pela Vereação da Cultura da Câmara Municipal da Horta, foram incluídos os 15 moinhos listados no *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, e mais um, na Lombega, Castelo Branco, classificado em 96, apesar de à data já se encontrar em destroços. Sónia Domingos, em trabalho de projecto de mestrado defendido em 2010, inventaria os mesmos 16 moinhos na ilha, considerando 5 em ruína, 4 em mau estado, 3 em estado razoável, 2 em bom e 2 em muito bom estado¹¹ (pp. 24-27). É importante referir que neste total

10 Carlos Lobão, *op. cit.*, pp. 26 ss.

11 Sónia Domingos, *Moinhos de Vento da Ilha do Faial...*, pp. 24-27.

de 16 se incluem os 11 moinhos classificados em 1996, dos 39 referenciados em 1989. Daqui se pode inferir a importância da classificação para a sobrevivência deste património.

Dos diversos tipos de moinhos¹², nos Açores existem moinhos de vento, de água e mecânicos. No Faial só existem moinhos de vento, que podem ser de 2 tipos: moinhos fixos de pedra (MFP) ou de torre com cúpula giratória — moinhos de torre, sendo o MFP *tipo Faial*, do género dito holandês ou da Europa do Norte, com velas de 8 varais cruzados e pano triangular ou velas de 4 grades quadrangulares e pano também quadrangular; ou moinhos giratórios de madeira (MGM) sendo o MGM *tipo Faial*: moinho alto, troncocónico, com corpo de madeira giratório sobre pedestal de pedra e com acesso por escada exterior; com velas de 8 varais ou de 4 grades. Existem versões mais pequenas, com hélice de 2 pás de madeira, mais durável¹³. Quanto às coberturas dos moinhos, no Faial elas são cónicas — o perfil da cúpula do moinho açoriano, em bolbo, é originário da Irlanda, aparecendo apenas excepcionalmente na Flandres.

Em finais de 2010, a Junta de Freguesia do Salão deu início à recuperação do Moinho da Chã, processo terminado em Abril de 2014. Este moinho, incluindo o engenho e o espaço envolvente, foi totalmente recuperado, sendo o seu propósito museológico: o moinho encontra-se visitável e, em ocasiões específicas, é utilizado para moagem de grão. No início de 2011, a Junta de Freguesia das Angústias deu início ao processo de reabilitação do Moinho do Pasteleiro, nas Angústias e sua envolvente, a reutilizar como posto de turismo sazonal. Este processo encontra-se actualmente em curso.

4. Relações entre a preservação da memória e a salvaguarda do património

No contexto das relações entre património e memória, cabe perguntar: porquê esquecer os moinhos, património que se encontra ao abandono na ilha do Faial — bem como nas restantes ilhas dos Açores — e lembrar e valorizar, em termos patrimoniais e mesmo museológicos, o vinho e a baleação? Por que se encontra ao abandono a maioria dos moinhos que ainda existem no Faial?

Por um lado, a memória da colonização da ilha deixou há muito de ser uma referência mantida pela população, tendo a absorção da população flamenga pela portuguesa sido concluída já desde o século XVII. Por outro lado, numa das fases em que se mais se fez pela preservação e também criação de memórias e identidades colectivas, Romantismo, final do séc. XIX e inícios do séc. XX — e mesmo no Estado Novo — esses movimentos identitários, pelo cunho nacionalista ou regionalista de que se reverteram, valorizaram os aspectos de diferenciação e originalidade do povo português ou açoriano, e não, naturalmente, as contribuições ou *heranças* estrangeiras, neste caso flamengas, para essa identidade que se procurava afirmar. A somar às questões identitárias, as questões económicas: este património foi progressivamente desactivado a partir da década de 1970, com a alteração da estrutura económica e social da ilha. No século XX assistiu-se a uma evolução tecnológica, associada à redução acentuada da cultura cerealífera. A partir dos anos 1960/1979, os cereais vindos de fora do arquipélago chegavam a preços inferiores aos produzidos em contexto insular: não compensava continuar a produzir cereais nem a moê-los, de modo que a partir dessa altura os moinhos foram sendo progressivamente desactivados.

12 Moinhos de mão; moinhos atafonas; moinhos de água (com roda horizontal); azenhas (com roda vertical); moinhos de vento; moinhos de maré; moinhos mecânicos. Para melhor esclarecimento, ver José Trigueiro, *Moinhos das Flores*, p. 16.

13 Para melhor compreensão dos diversos tipos de moinhos existentes nos Açores, ver Carlos Lobão, *op. cit.*, pp. 17 ss.

Quanto ao vinho produzido no Pico desde o início do povoamento, é um produto de qualidade reconhecida no contexto nacional e internacional pelo menos desde o século XVIII. Após uma fase de menor qualidade e produção — pelo abandono do mundo rural e forte emigração na segunda metade do século XX — é, desde a década de 1990 e principalmente no início do século XXI uma grande aposta regional. Conta com incentivos à produção, com a protecção do património material e imaterial a ele associado — incluindo o reticulado de muros de pedra para protecção de cada pé de vinha, *os currais*, passando pelas adegas e habitações, incluindo estruturas museológicas como o Museu do Vinho na Madalena do Pico, até ao próprio modo de vida, saberes e memórias, associados — confirmada pelo estatuto de Património Mundial da UNESCO conferido à Paisagem Protegida da Vinha do Pico. Considerada uma forma de adaptação humana única no mundo às condições da ilha, tem ainda a seu favor o resultar num produto de qualidade, o vinho, e também o gerar uma paisagem distinta, aliando assim potencial para o desenvolvimento sustentável — económico, turístico e ecológico — da população do Pico. Nas palavras de Duarte Ponte enquanto Secretário Regional da Economia, a vinha do Pico possui «(...) a importância histórica, económica, social e cultural que **reflecte a nossa realidade própria e específica** na produção de vinhos»¹⁴.

Quanto à baleação, actividade realizada de forma tradicional em todo o arquipélago, com maior expressão nas ilhas do Triângulo e, destas, principalmente na ilha do Pico, que conheceu o auge no século XIX e foi proibida no final dos anos 1980, o património a ela associado tem vindo a ser preservado de forma sistemática desde os anos 1990. A baleação é considerada parte importante da identidade açoriana, e «(...) a “pesca” da baleia firmou-se no imaginário e na tradição popular de algumas ilhas, em particular no Pico fazendo, hoje, **parte do património cultural açoriano** (...)»¹⁵. Actualmente, existem no Pico o Museu dos Baleeiros, nas Lages do Pico e o Museu da Indústria Baleeira, em São Roque do Pico; e festeja-se ainda a Semana dos Baleeiros. No Faial foi musealizada a Fábrica da Baleia, em Porto Pim. Para além destes espaços ligados à transformação dos cetáceos em óleos e farinhas, onde se preservaram os artefactos ligados à actividade e às condições de vida e de trabalho dos homens que a praticavam, existe ainda o Projecto Baleiaçor. Este projecto, cujo objectivo é recuperar os botes baleeiros tradicionais — considerados o património material mais visível da baleação — já conseguiu gerar condições para a realização de um calendário fixo de regatas de botes baleeiros no arquipélago, assim dinamizando as dimensões memorial e documental deste património, ao mesmo tempo atraindo os cidadãos para as questões do património e do ambiente, para a prática de desporto, para o revitalizar de actividades económicas tradicionais, como a carpintaria naval e artes a ela associadas, e dinamizando o cartaz turístico nacional. A somar a estes dois factores está a actividade turística de *whale watching*, surgida no Pico quase imediatamente à proibição da caça de cetáceos, e que operou uma feliz transição das vigias existentes da caça para as empresas turísticas, assim mantendo naturalmente esta porção do património baleeiro. Pela conjugação de todos estes factores, temos no património ligado à baleação novamente um património ao serviço do desenvolvimento sustentável — económico, cultural, ecológico, desportivo e turístico —, em que se aposta ao nível da imagem da Região. Novamente nas palavras de Duarte Ponte enquanto Secretário Regional da Economia da RAA, «(...) aquilo que temos feito de promoção na Região, que é a baleia. A baleia no Pico tem **uma mística, um papel central** (...). Escolheu-se a baleia como um tema central que tinha ligações com

14 Duarte Ponte, ex-Secretário Regional da Economia da RAA, relativamente à identidade ou imagem estratégica escolhida para cada ilha dos Açores, em sessão plenária de 17 de Junho de 2008 (v. Diário das Sessões da ALRAA), sublinhado nosso.

15 Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX...*, p. 73, sublinhado nosso.

outras ilhas»¹⁶.

Porque estas duas actividades tradicionais açorianas, a vinha e a baleação, se relacionam com a questão da identidade regional, com a especificidade dessa *açorianidade*, ao mesmo tempo que têm grande potencial económico e a sua realização permite respeitar a natureza, também ela imagem dos Açores, foram eleitas para transmitir a imagem da ilha do Pico. No mesmo contexto escolheu-se, como imagem da ilha de São Jorge, o queijo, que está ainda relacionado com os produtos lácteos e com o gado bovino, também uma imagem forte dos Açores. O que têm em comum as imagens da vinha, da baleia e do queijo? A possibilidade de comercialização associada, quer através dos produtos — vinho, *whale watching* e queijo —, quer através da possibilidade de criação de rotas gastronómicas e turísticas; e ainda o fortalecimento da imagem de um relacionamento equilibrado com a natureza e com o ambiente que se escolheu para o arquipélago, no respeito pelos modos de vida e identidade tradicionais da Região. Quanto ao Faial, a imagem escolhida foi o Vulcão dos Capelinhos, que conjuga as potencialidades turística, ambiental e de investigação científica.

Por outro lado, já não se produz trigo no Faial e, para o pão que é produzido, na ilha ou nos Açores, não foi criada qualquer distinção, por exemplo como produto demarcado, relativamente ao pão de qualquer outra região do continente — o que se poderia fazer com o pão de milho e o bolo de milho, nomeadamente. Colocando a questão de uma forma muito simples, não foi ainda encontrado para os moinhos um interesse do ponto de vista da exploração económica. E, em termos de possível imagem para a Região, dá-se o caso de já serem usados como parte da imagem promocional do arquipélago da Madeira, o que significa que não têm o potencial de distinção e especificidade dos outros exemplos.

Considerando a questão da identidade regional, a vinha e a baleação têm um maior valor de originalidade, no contexto nacional e mesmo internacional e, logo, têm uma maior capacidade de captação de público do que os moinhos de tradição dita holandesa. De uma forma muito geral, a noção de identidade açoriana — ou *açorianidade*, termo forjado por Vitorino Nemésio em 1932 —, prende-se com o sentimento de insularidade e o isolamento que daí deriva. As estratégias de salvaguarda das identidades e memórias colectivas têm como base diversos factores, dos quais não é de desprezar o económico. Por tudo isto, podemos concluir que não foram encontradas, ainda, as mais-valias para o desenvolvimento sustentado, da ilha ou da Região, que possam advir da preservação do património que os moinhos consubstanciam. Tendo-se assistido, nos últimos anos, a um ressurgimento do interesse por este património, visível não apenas em publicações mas também em projectos de recuperação de moinhos individuais, falta surgir um projecto em que o conjunto dos moinhos do Faial seja tratado na sua totalidade, em consonância com o papel que tem na imagem e identidade da ilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTENCOURT, Luís. *Moinhos de Vento dos Açores: novo papel na sociedade contemporânea*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

CENTRO DE CONHECIMENTO DOS AÇORES. *Projecto Baleiaçor*. Açores: Direcção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, 2011. Acedido em 20 de Maio de 2014. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/pb/Baleiacor.aspx>.

CID, Manuel. *Moinhos Flamengos nos Açores*. Ponta Delgada: Eurosigno, 1992.

¹⁶Duarte Ponte, ex-Secretário Regional da Economia da RAA, relativamente à identidade ou imagem estratégica escolhida para cada ilha dos Açores, em sessão plenária de 17 de Junho de 2008 (v. Diário das Sessões da ALRAA), sublinhado nosso.